



## EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS DESMONTES NO PRESENTE GOVERNO BOLSONARO

Sávio da Silva Aureliano<sup>1</sup>  
Janicleide vieira da silva<sup>2</sup>  
Amanda Gomes dos Santos<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho partiu da inquietação sobre o cenário atual que perpassa a educação do campo brasileiro, já que o desmonte vem se acirrando perante ações do governo Bolsonaro, mas provém também de atos dos governos antecessores com atuações inconvenientes perante a educação. A desarticulação da educação do campo ganha acentuação nos governos de Michel Temer e Bolsonaro com políticas negligenciadoras. Então, se faz necessário compreender os ataques do governo atual perante a educação camponesa, com vista a identificar quais desmontes foram realizados nesta área, bem como analisar como tais atitudes afetam a sua atuação. Deste modo, o levantamento bibliográfico realizado para o desenvolvimento da pesquisa, conforme o conjunto bibliográfico e os dados apresentados no resultado e discussão comprovam o descaso que está sendo realizado na educação rural através de diversas formas e abarcando diferentes sujeitos. Fazem parte deste conjunto os camponeses, movimentos sociais do campo, escolas, assentamentos rurais, professores, universidades e, principalmente, os alunos do campo.

**Palavras-chave:** Desmonte, Educação do Campo, Escola, Proneira.

### INTRODUÇÃO

Atualmente, observa-se no cenário brasileiro e no governo um desmonte da educação do campo, o qual afeta a milhares de camponeses(as), proferindo ainda mais as desigualdades sociais existentes, e comprometendo os avanços sociais presentes no campo através da educação. Deste modo, o governo atual e antecessores, como foi o caso do governo de Michel Temer, buscaram atingir os principais meios de fornecimento educacional do campo para estagnar e desestabilizar os avanços e conquistas obtidas.

O governo Temer tinha como condutas de interesse alterar o ensino médio e diminuir os recursos destinando à educação em suas diferentes esferas, visto que seu projeto de governo era voltado para ações liberais. Uma das várias propostas do governo Temer, segundo a reportagem da REL UITA (2018), era, por meio de resolução que atualiza as Diretrizes Curriculares, liberar até 40% da carga horária total do Ensino Médio para que esta

---

<sup>1</sup>Graduado pelo curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, savio.ds@outlook.com;

<sup>2</sup>Graduanda pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Janicleide397@gmail.com;

<sup>3</sup>Graduanda pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, amanda.ag260@gmail.com



pudesse ser realizada à distância, e que a Educação de Jovens e Adultos pudesse ser feita 100% à distância.

De acordo com essa afirmação da REL UITA, pode-se apontar que esta liberação afetou diretamente também a educação do campo, pois a maioria dos estudantes camponeses tem aulas presenciais, e não são todos que possuem acesso à internet, desta forma, essa mudança resultaria em regressões no processo educacional no campo.

Portanto, os descasos vêm aumentando gradativamente, e ao chegar no governo Bolsonaro existem medidas ainda mais perversas, pois os movimentos sociais são atacados, bem como o ensino e os investimentos destinados à educação do campo, sendo toda a base governante articulada com o agronegócio. O governo é um defensor deste sistema destruidor do campo, o qual abala vidas, polui, mata e envenena, embora seja visto com bons olhos e receba apoio governamental.

Neste presente momento, é necessário aderir ações contra essas emblemáticas questões devastadoras. Todos que estão em conjunto com a educação do/no campo defendem sua ampla importância na vida de seus habitantes, é mais uma luta presente, assim, se faz essencial articular resistências contra as medidas impostas.

Sendo assim, foi realizado um levantamento bibliográfico para a elucidação da presente questão do desmembramento da educação do campo no governo atual, no qual foram traçados objetivos para obter uma resposta sobre esta temática. A fim de que o resultado e a discussão possam deixar explícitas as ações de desmonte na educação do campo, através das abordagens teóricas e com os dados apresentados, e dando uma resposta clara perante a pesquisa levantada.

## **METODOLOGIA**

Para atender aos objetivos do presente trabalho, foi levado em consideração as revisões bibliográficas, segundo Marconi e Lakatos (2003). A pesquisa bibliográfica representa um apanhado dos trabalhos estudados, fornecendo dados atuais com o propósito do tema e o estudo da literatura propicia informações fundamentais para o enriquecimento do trabalho.

Deste modo, o trabalho se constitui como uma pesquisa qualitativa, na qual as ciências sociais fazem uso recorrente, pois as relações sociais são pertinentes no estudo da pesquisa qualitativa. Portanto, tal pesquisa visa corresponder às inquietações presentes do problema



gerador deste trabalho, bem como fornecer informações que darão respaldo para o desenvolvimento da pesquisa.

Assim, o presente trabalho está montado de tal forma que, em seu desenvolvimento, vem a problemática principal conjuntamente com os aportes teóricos, tendo como questão central o desmonte da educação do campo no governo Bolsonaro, envolvendo a ela também os desmontes no PRONERA<sup>4</sup> e o fechamento das escolas do campo.

No que tange aos resultados e discussão, estes foram realizados de forma qualitativa, mas os dados quantitativos também se fazem presente, pois essa ampla relação entre ambos contribue para o enriquecimento dos resultados, pondo uma maior sustentação nas afirmações estabelecidas através dos resultados quantitativos e qualitativos.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **DESMONTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO PELO GOVERNO BOLSONARO ATRAVÉS DO PRONERA**

**PRONERA** – As medidas tomadas pelo atual governo vem ratificar o arruinamento do PRONERA e, como cabe salientar, o presente governo busca atingir a todos que estão presentes no campo. Portanto, os regressos realizados atribuem-se, principalmente, dentro da educação no que tange ao PRONERA, desta forma, se abre em uma cadeia de desfechos negativos.

Quando os recursos são reduzidos, afetam desde os professores até os camponeses, universidades e etc., pois há uma interligação entre estes setores, visto que foi conseguida uma ligação entre eles ao longo do fortalecimento do programa. Podemos observar como esses sujeitos estão interligados de acordo com os projetos educacionais, no qual Santos (2012) afirma que:

Os projetos educacionais do Pronera envolvem alfabetização, anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), ensino médio profissional, ensino superior e pós-graduação, incluindo neste nível uma ação denominada Residência Agrária (SANTOS, 2012, p. 631).

De acordo com essa afirmação de Santos (2012), se tem o envolvimento de todos que se fazem presentes na educação do campo através do PRONERA, os camponeses, professores

---

<sup>4</sup> PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA



da rede básica e do ensino superior e universidades. No entanto, é sabido que o governo atual se articula demonstrando objetivar o regresso das universidades, da educação, dos movimentos sociais e dos camponeses, atentando de forma pertinente suas principais estruturas.

Conseqüentemente, a paralização do PRONERA, efetivada pelo governo Bolsonaro, se choca com essa realidade dos camponeses, professores e universidades, paralisando o ensino para milhares de jovens e adultos. Segundo Stédile (2019):

Paralisação do PRONERA. O programa estimulava às universidades públicas construir cursos especiais, na forma de alternância, realizando vestibular específico para filhos de camponeses. Isso permitia que eles ficassem dois meses em aulas e dois meses de volta às suas comunidades. Milhares de jovens do interior tiveram a acesso à universidade, se formaram e permaneceram no campo, graças a esse programa (Stédile, 2019).

Seguindo essa afirmação de Stédile, conota-se o quanto será afetado todos esses que fazem parte do processo educacional do campo, além de outras ações efetivadas pelo atual governo contra aqueles que se encontram no campo, vivem, moram e dependem dele. Contudo, estas ações não afetarão os grandes latifundiários, o agronegócio, e os ruralistas, estes últimos formam a bancada ruralista que é defendida pelas próprias ações contra os povos do campo.

## **AÇÕES DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO**

O fechamento das escolas do campo vem se alogando em meio aos governos petistas, após o golpe com Temer, e atualmente no governo Bolsonaro. Entretanto, as ameaças de fechamentos das escolas se acentuam e se agravam durante o atual governo, pois a sua proposta radical de fechamento dessas escolas acarretará na saída de milhares de camponeses do seu território para as escolas urbanas e na adequação das escolas nucleadas.

Os ataques do governo Bolsonaro às escolas do campo se concernem a ações como a redução dos recursos financeiros destinados ao PRONERA, a imposição na sua campanha eleitoral para o fechamento de escolas, além da criminalização do MST<sup>5</sup>, como bem afirma a Brasil de fato (2019) em sua publicação:

---

<sup>5</sup> Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra



Desde a campanha eleitoral o presidente Jair Bolsonaro (PSL) já atacava as escolas do campo afirmando que iria fechá-las. Em entrevista à revista Veja o secretário especial de Assuntos Fundiários, Luiz Antônio Nabhan Garcia, afirmou que pretende fechar as **escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**, e chamou as escolas públicas do campo de “fabriquinhas de ditadores” (BRASIL DE FATO, 2019).

Perante a exposição destes fatos relatados pela Brasil de Fato (2019), mostra-se um governo despreocupado em relação ao campo, as camponeses, e à educação do/no campo. vislumbra-se uma imagem nefasta de um governante que ignora e menospreza o quão importante é uma escola no mundo rural, e o quão transformadora é a educação perante os povos do campo.

Todo esse conjunto de ações e pensamentos do governo Bolsonaro se alinha quando se levantam dados para proceder como é colocada a questão das matrículas nas escolas do campo, e compreende-se essa relação quando o Censo Escolar de 2019 foi divulgado. De acordo com a reportagem da Brasil de Fato (2020):

As escolas rurais brasileiras estão menos frequentadas, com ensino integral enfraquecido e majoritariamente sob o poder dos municípios, conforme aponta o Censo Escolar 2019, divulgado pelo Ministério da Educação, em 30 de dezembro. No último ano, de acordo com o levantamento, o campo teve queda de 145.233 matrículas na soma de todas as modalidades de ensino – foram 5.195.387 registros em 2018, contra 5.050.154 em 2019 (BRASIL DE FATO, 2020).

Assim, observa-se nessa relação que as matrículas nas escolas rurais diminuíram no ano de 2019. Ou seja, as implementações do atual governo surtiram efeitos negativos no campo, deixado a margem milhares de crianças, jovens e adultos com uma educação sucateada e regredindo por medidas de um desgoverno. No entanto, as escolas, a educação e os povos do campo resistem contra todas essas retaliações.

## **COMO OS DESMONTES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO GOVERNO BOLSONARO AFETA NEGATIVAMENTE A SUA ATUAÇÃO**

Para que a educação do campo seja efetivada de forma ativa, coerente, positiva, crítica e abrangente, se faz necessário uma série de ações que vislumbre positivamente em suas condutas. O fortalecimento desta, irá se refletir perante os camponeses, milhares de jovens, crianças e adultos por todo o Brasil, com uma educação voltada ao interesse camponês, disvinculado de um mercado avassalador tanto educacional quanto econômico.



Como perspectiva de alcance aos objetivos da educação do campo, busca-se uma transformação social dos presentes camponeses, a educação como promotora da ruptura de uma desigualdade social no Brasil. Como no campo brasileiro se encontram índices elevados do contraste desigual, os camponeses e universidades federais e estaduais do Brasil se vinculam por um educação promotora de rupturas. Porém, em contra-mão, vem o governo federal atual com suas ações negligenciadoras, como no caso do decreto 10.252/2020.

Segundo o FONEC<sup>6</sup> (2020), o governo Bolsonaro publicou, no dia 21 de fevereiro de 2020, o Decreto 10.252/2020 que altera a estrutura regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. O governo alterou a estrutura regimental e de cargos, o Decreto muda profundamente as competências do órgão, desta forma serão exercidas as competências do INCRA com outro viés, ao qual se adequa as ações do governo, neste contexto o INCRA passou por profundas mudanças e banalizações.

No que tange a afetação na educação do campo, podemos citar o referido caso da extinção da Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania, esta responsável pelo PRONERA. Portanto a luta pela educação do campo se vê em total desarticulação. Como bem afirma o FONEC (2020):

Entre tantas extinções de políticas então coordenadas pelo Incra, o referido Decreto extingue a Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania, responsável pela gestão do programa Nacional de Educação na reforma Agrária-PRONERA. Depois de 20 anos, extingue o lugar político da elaboração e gestão de uma das maiores políticas públicas de educação, no Brasil (FONEC, 2020).

Diante desta afirmação, pontua-se que tal extinção se coloca em desavença com a sociedade brasileira, em especial do campo, pois está assegurada na constituição brasileira de 1988 que a educação é direito de todos e é dever do Estado manter e assegura-la para todos, porém no atual governo se observa que este direito não é cumprido, já que a educação do campo é afetada diretamente pelas atuais atitudes do governo federal.

Perante as ações refletidas no PRONERA, reitera-se os descasos com as escolas do campo por todo o Brasil, e a conjuntura social política vivenciada mostra um momento de regressão na educação, pois suas conquistas foram banalizadas e estão sendo atacadas por um governo que se coloca contra os avanços educacionais.

Deste modo, as escolas do campo são alvos do processo de nucleação e da municipalização, segundo Pavani, Andreis (2017), o processo chamado de “nucleação

---

<sup>6</sup> Fórum Nacional de Educação do Campo



escolar” consiste em reunir os alunos das escolas desativadas, fechadas, geralmente em áreas rurais, deslocando-os para centros maiores. Concentra-se o maior número de alunos em uma única escola, seja ela da cidade ou do campo. Com a municipalização o poder das escolas públicas do ensino fundamental fica nas mãos dos municípios brasileiros, essa prática utilizada do fechamento das escolas do campo se deve a questões como falta de políticas públicas para a educação do campo.

Entretanto, os movimentos sociais do campo vão em contrapartida pois, como defensores da educação do campo, não comungam de tal relação dos governantes para com as escolas do campo. Com a nucleação das escolas transferindo os alunos do campo para o urbano, o modo de tratar, viver e observar as escolas no território camponês são diferentes daqueles que fazem parte do urbano. Nota-se que os políticos fazem projetos pensando no econômico, na redução de escolas, cortes de gastos, entre outros, e deixam de lado as escolas rurais e a educação dos camponeses. Portanto, o MST (2005) ratifica:

A escola é um lugar de estudo, trabalho e organização. É também um lugar para aprender a DEMOCRACIA. Este aprendizado não se faz estudando sobre o que é democracia. A democracia se aprende através do relacionamento diário dos alunos com os alunos, dos alunos com os professores, dos professores com os professores, da Escola com o assentamento. (MST, 2005, p. 35).

Então, a afirmação do MST pondera a relação da escola com os alunos e o assentamento, este tríplice conjunto interligado, desta forma a escola deve estar dentro do assentamento e não fora dele. O que o processo de nucleação faz é retirar as escolas e alunos de dentro do seu território, compreendendo-se que não há um estado vigente democrático, há uma quebra na relação entre escola, alunos e assentamento.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

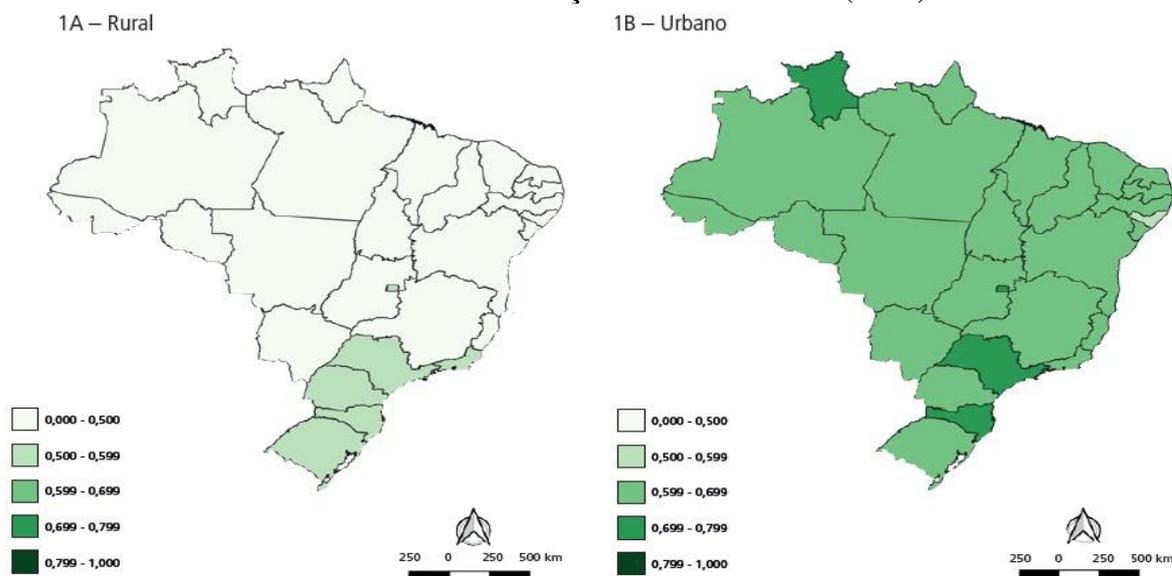
Verifica-se ao longo da atuação da educação do campo no território brasileiro uma série de lutas dos camponeses, movimentos sociais do campo e dos povos do campo para alcançarem conquistas. Todos eles batalharam para que se estabelecesse, de fato, uma educação que seja voltada para o campo no Brasil, pois a luta nunca parou, busca-se sempre melhorias para a educação, principalmente tratando-se de educação no Brasil, onde a desigualdade social é gritante.



Desta maneira a educação também é sujeita à desigualdade, e o campo brasileiro está diretamente interligado nesta questão, nele se encontram níveis de escolaridade muito baixos em relação ao urbano, como infraestrutura, transporte, deslocamento, dentre outras questões que são bem mais amplas no campo. Esses fatores fazem com que uma educação do e no campo seja essencial e obtenha avanços.

A desigualdade educacional entre o campo e o meio urbano é claramente observada com a retratação dos dados correlatados no mapa 1 em 2010. Identifica-se que as regiões Norte e Nordeste do país possuem os menores índices de IDHM<sup>7</sup> da educação no meio rural, entretanto, o IDHM do meio urbano supera o rural em todos os estados brasileiros, mas não chega a ser o ideal para um nível educacional de ótima qualidade.

**MAPA 1: IDHM Educação: rural e urbano (2010)**



**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Elaboração dos autores.

De acordo com Pereira, Castro (2019).

O IDHM Educação possui valores considerados muito baixos na área rural da maioria dos estados brasileiros, com exceção de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentaram IDHM Educação baixo nessa área. Os dados para o meio urbano são visivelmente melhores (mapa 1B). A maioria dos estados apresentou IDHM Educação médio no urbano, com exceção de Alagoas, que apresentou valor baixo. Os únicos estados que apresentaram valor alto nesse índice para o meio urbano

<sup>7</sup> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal foi desenvolvido por meio de parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Brasil, a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Ipea, a partir de metodologia adaptada do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global.



foram São Paulo, Santa Catarina e Roraima (PEREIRA; CASTRO, 2019, p. 65).

Diante do que foi exposto no mapa do IDHM de 2010 e na retratação de Pereira e Castro, já se observa que há uma necessidade de investimentos na educação do campo, investimentos esses ao qual perpassam por uma série de ações dos governantes na melhoria da infraestrutura de escolas, transporte, alimentação, nos salários dos professores, e políticas públicas em todos os campos ao qual a educação necessite.

Porém, durante os anos de governo do PT<sup>8</sup>, a educação do campo conseguiu conquistas e avanços no meio educacional camponês, fruto de lutas dos movimentos sociais do campo e dos povos do campo, reivindicando políticas públicas as quais beneficiassem a educação nesta área. De fato, pode-se dizer que houve evolução no presente meio em que os governos petistas estavam presentes, ações em prol dos povos do campo e da educação foram colocadas em prática. Como bem afirma Souza (2013):

A caminhada por uma Política Pública de Educação do Campo completa 16 anos. Dessa luta algumas conquistas podem ser contabilizadas, embora elas tenham ficado bem aquém do que se reivindica. Pode-se relacionar a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo Resolução CNE/CEB N° 1/2002; A Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO); o Saberes da Terra; as Diretrizes Complementares Resolução CNE/CEB N° 2/2008; a criação dos Observatórios de Educação do Campo; e o Decreto Presidencial de Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010 (SOUZA, 2013, p. 20).

Contudo, percebe-se que ainda existem muitas lacunas para serem fechadas e muitos desafios para serem superados. Os governos do PT, em seus anos de atuação, propiciaram progressos para a educação do campo, embora pudessem ter realizado muito mais. Todavia, ressaltam-se que, após o golpe de 2016 e no atual governo Bolsonaro, os retrocessos na educação do campo estão se efetivando amargamente e parecem estar aumentando gradativamente.

No período de atuação do governo Temer, a educação do campo sofreu com muitos retrocessos os quais impactaram diretamente em sua estrutura, como o congelamento de investimentos públicos nas áreas como saúde e educação por 20 anos, aprovação das reformas do ensino fundamental e médio, além das questões trabalhistas que afetam também os trabalhadores do campo.

---

<sup>8</sup> Partido dos Trabalhadores, o PT surgiu como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas.

Ou seja, a continuidade do desmonte segue em execução perante a educação do campo e contra os povos do campo, como bem mostra os dados de fechamento das escolas rurais na tabela 1 entre os anos de 1997 a 2018, e o número de matrículas nestas escolas entre os anos de 2016 a 2019 na tabela 2, eles refletem o descaso perante a educação.

**Tabela 1:** Número de estabelecimentos de ensino – Educação Básica

Ano	Total	Urbanos	Rurais
1997	225.520	87.921	137.599
2018	181.939	124.330	57.609
Diferença	- 43.581	+ 36.409	- 79.990

Fonte: Censo Escolar – INEP.

Os dados da tabela 1 mostram a grande quantidade de escolas do campo que foram fechadas, durante 21 anos, e mesmo diante dos governos petistas entre 2002 e 2016 os fechamentos das escolas do campo aconteceram. Em todos esses governos, há uma diferença de escolas fechadas no urbano e no campo, pois foi no campo o maior número de fechamento. Esta relação também prossegue com os números da tabela 2 sobre as matrículas nas escolas do campo entre 2016 e 2019.

**Tabela 2: PROGRAMA: 2080 - Educação de qualidade para todos**

Indicadores													
Indicador	Unidade medida	Referência		Valor Apurado 2016		Valor Apurado 2017		Valor Apurado 2018		Valor Apurado 2019		Polaridade	Variação % de 2019 em relação a referência
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice				
Número de matrículas em escolas do campo	número absoluto	31/12/2015	5.885,139			31/12/2017	5.573,385	31/12/2018	5.473,588	31/12/2019	5.328,818	Quantidade maior	-9,45

Fonte: PLANO PLURI ANUAL 2016-2019



A tabela 2 mostra que, no campo, entre 2016 e 2019, o número de matrículas nas escolas foi sendo gradualmente menor, chegando a um resultado negativo. Durante este período ocorreu o golpe de 2016 e a eleição do presidente Bolsonaro. Portanto, o fechamento das escolas do campo ganhou continuidade no governo Temer e Bolsonaro, bem como os ataques bem mais acentuados contra a educação, os povos do campo e os movimentos sociais.

Mesmo diante de todos esses desmontes na educação do campo, sabe-se o quão frutífera é a educação para os camponeses e os resultados positivos que ela exerce. Desta forma, segundo o MST (2020):

são mais de 2 mil escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos, 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação garantida, 50 mil adultos alfabetizados, 2 mil estudantes em cursos técnicos e superiores, e mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo o país (MST, 2020).

Deste modo, mostra-se a força do MST perante o governo, no qual o presente movimento social do campo trata a educação como um questão fundamental na sua bandeira de luta, os resultados obtidos são frutos de lutas e insistências para uma melhor qualidade da educação do/no campo, bem como a autonomia social dos camponeses.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em virtude do que foi exposto, conclui-se que a procedência no desmonte da educação do campo no governo Bolsonaro ganha conotável atenção, por vir a fornecer conhecimento para aqueles em que o presente governo se coloca diante como oposição. As medidas tomadas perante as conquistas das quais os povos do campo e os movimentos sociais do campo conseguiram em prol da educação do campo estão sendo regredidas e atacadas com ações e retaliações do governo prejudiciais ao fornecimento da educação. Deste modo, a afirmação de que a educação é direito de todos e dever do Estado não é cumprida, pois vislumbra-se no campo a negação do direito à educação, a qual os povos do campo necessitam porém com uma atuação deles, para eles e vinda deles, ou seja, com os governantes fornecendo apoio e subsídio para tal conduta, fato que não se observa no governo Bolsonaro.



## REFERÊNCIAS

BRASIL DE FATO. Resultados. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/28/proposta-de-educacao-no-campo-de-bolsonaro-esta-alinhada-com-o-agronegocio>. Acesso em 20/jun/2020.

\_\_\_\_\_. Resultados. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/07/diminuicao-de-matriculas-e-fechamento-de-escolas-em-zonas-rurais-preocupam-movimentos>. Acesso em 20/Jun/2020.

**FONEC. EM DEFESA DO PRONERA E DO DIREITO À EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

Disponível em: <https://mst.org.br/2020/02/28/forum-nacional-de-educacao-do-campo-denuncia-extincao-do-pronera/> Acesso em 30/jun/2020.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MST. **Dossiê MST Escola**: documentos e estudos, 1990-2001. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. Resultados. Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/> Acesso em 22/jun/2020.

PAVANI, G. A; ANDREIS, A. M. **O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO E FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO E A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 14 – Educação do/no campo. 13p.

PEREIRA, C. N; CASTRO, C. N. **EDUCAÇÃO: CONTRASTE ENTRE O MEIO URBANO E O MEIO RURAL NO BRASIL**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental | 21 | jul.-dez. 2019

REL UITA. Resultados. Disponível em: <http://rel-uita.org/br/contra-o-desmonte-da-educacao/> Acesso em: 27/jun/2020.

SANTOS, C. A. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). In: CALDART, R.S. et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788p.

STEDILE, J. P. **Os retrocessos do governo na política agrária, agrícola e ambiental – por Stédile**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/brasil/os-retrocessos-do-governo-na-politica-agraria-agricola-e-ambiental-por-stedile/> Acesso em: 30/ jan/2020.

SOUZA, R. L. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: ANÁLISE DAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DO CAMPO E DAS PROPOSTAS DOS GOVERNOS DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF**. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 09, n. 2, pags.5 – 28, jul/dez. 2013.